

Relatório narrativo sobre o projeto Achados e Pedidos

Descrição da Doação: *Monitorar o cumprimento pelas instituições públicas e governos para a Lei de Acesso a Informação e reforçar as capacidades de sociedade civil e jornalistas para melhor uso desta legislação*

Conduzido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo em parceria com a organização não-governamental Transparência Brasil com financiamento da Fundação Ford
doação nº 0160-0816

Período: 1º de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2016

A data oficial de início do projeto consta em email oficial enviado pela Ford (anexo 1)

TransparênciaBrasil



A. Reflexão Geral

O projeto Achados e Pedidos teve início em julho de 2016. Ele é resultado de uma parceria entre a Abraji e a Transparência Brasil, embora a instituição beneficiária oficial seja apenas a Abraji. O objetivo geral do projeto é aumentar o nível de transparência governamental no país, divulgando a existência e o funcionamento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Nesta direção, nossa proposta foi criar um site que servisse como plataforma para o armazenamento de pedidos de informação feitos ao poder público através dos procedimentos previstos na Lei de Acesso. As respostas a esses pedidos e também os recursos enviados pelos solicitantes em caso de respostas negativas também estarão armazenados, bem como os anexos enviados – por exemplo, a planilha de dados que o órgão enviou ao solicitante como resposta ao pedido.

A partir deste site, pretendemos facilitar o acesso à informação por parte do cidadão, que poderá buscar a base de dados do site antes de realizar seu pedido ao poder público. Além disso, a ampla base de dados permitirá que pesquisadores façam análises sobre o nível de transparência de cada órgão – será possível ver quantos pedidos não foram respondidos, por exemplo, e os usuários também poderão avaliar se a resposta foi satisfatória ou não. A Transparência Brasil também se comprometeu a fazer relatórios a partir dos dados armazenados no site, com o objetivo de identificar as principais falhas na implementação da lei. A partir dessas análises, buscaremos realizar um trabalho de advocacy focado nos problemas mais significativos na transparência pública.

Qualquer pessoa poderá fazer um cadastro no site e tornar-se um usuário – os usuários podem avaliar as respostas aos pedidos e também cadastrar novos pedidos, respostas, recursos e anexos. Dessa forma, a base de dados torna-se aberta e colaborativa. Antes do lançamento do site, no entanto, realizamos um trabalho de coleta de pedidos para que já haja uma base de dados razoável desde o início de seu funcionamento. Para tanto, contatamos órgãos públicos e firmamos parcerias com entidades da sociedade civil que já realizaram pedidos de informação via LAI.

Além do site e das atividades que advêm do uso dos dados nele armazenados, o projeto também prevê que a Abraji ofereça cursos e workshops sobre o uso da Lei de Acesso à Informação focados em jornalistas e ativistas.

Até o momento da entrega deste relatório, a principal atividade foi o desenvolvimento do site sob coordenação da Transparência Brasil. Esta foi a prioridade, pois sem o site não é possível realizar a maior parte das atividades propostas no planejamento do projeto, com exceção dos cursos oferecidos e da construção de parcerias com órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

Para o trabalho de advocacy precisaremos analisar os dados organizados na plataforma e identificar os gargalos da implementação da Lei de Acesso à Informação no país. Os relatórios de análise, por sua vez, serão baseados nos dados coletados e organizados no site.

Além do desenvolvimento do site, foi realizado pela Abraji o primeiro curso de Lei de Acesso à Informação para jornalistas. Esta edição foi on-line, utilizando a plataforma Moodle de ensino à distância. Em poucos dias de inscrição, o volume de interessados surpreendeu: foram quase novecentas inscrições para as 75 vagas abertas para o treinamento, e a seleção levou em conta a dispersão geográfica dos interessados, a experiência profissional, a capacidade de multiplicação do conhecimento e a pluralidade de veículos.

A partir de outubro de 2016 a Transparência Brasil iniciou o contato com diversas organizações não-governamentais e órgãos públicos para firmar parcerias no escopo do projeto – em resumo, solicitamos que essas organizações e órgãos nos enviassem os pedidos já feitos/recebidos por elas, bem como as

respectivas respostas, recursos e anexos. Além de contatar funcionários diretamente e firmar parcerias, a Transparência Brasil enviou solicitações via LAI pedindo a base de dados de pedidos, respostas, recursos e anexos a diversos órgãos públicos em todas as esferas e níveis do governo (para mais detalhes, ver a tabela de atividades na seção C).

No processo de solicitar as bases de pedidos, respostas, recursos e anexos via Lei de Acesso à Informação, já foi possível identificar alguns problemas no cumprimento da lei no país. Por exemplo, 13 órgãos públicos enviaram à Transparência Brasil bases de pedidos que incluíam informações pessoais dos solicitantes, como nome, RG, CPF, endereço eletrônico etc.. Isto demonstra dificuldade em cumprir requisitos básicos da lei por parte dos responsáveis pela transparência nesses órgãos. A LAI é muito clara ao determinar que informações pessoais não podem ser divulgadas sem o prévio consentimento do titular. Além disso, a taxa de resposta foi de apenas 52% (46 órgãos do total de 86) e, dos órgãos que responderam, apenas 44% deferiram a solicitação, totalizando atendimento de apenas 23% do total de pedidos feitos.

Por outro lado, muitos órgãos informaram que gostariam de compartilhar a base de pedidos, respostas, recursos e anexos, por entenderem a importância do acesso à informação pública, mas informaram que era impossível fazê-lo sem descumprir a obrigação da proteção de informações pessoais. Muitos órgãos não têm meios técnicos nem recursos humanos para anonimizar uma quantidade tão grande de pedidos. A questão da anonimização das solicitações é um dos desafios para a próxima fase do projeto. A resolução desta questão irá facilitar a obtenção de dados.

Ficou muito claro, também, como a preocupação dos órgãos públicos com a transparência deve estar presente já na produção dos dados – eles deveriam ser armazenados tendo em vista uma facilidade de anonimização para permitir sua publicização. Usar diferentes campos numa planilha para informações pessoais, por exemplo, ou digitalizar todos os documentos produzidos seriam um grande avanço.

Outro aprendizado que tivemos foi resultante do processo de desenvolvimento da plataforma e a construção de parcerias. A Transparência Brasil adquiriu mais experiência sobre como desenvolver soluções digitais e gerenciar projetos com soluções tecnológicas complexas. Anteriormente, esse conhecimento de desenvolvimento e gerenciamento de soluções digitais estava concentrado na figura do diretor-executivo, Claudio Abramo. Com a mudança na direção-executiva, parte desse know-how se perdeu, então o aprendizado foi importante para capacitar a organização a desenvolver novos projetos com soluções digitais no futuro.

Nós também aprendemos mais sobre como estão estruturados os sistemas de acesso à informação dos vários poderes e níveis governamentais. Esse conhecimento nos auxiliará a entender melhor os limites e dificuldades da implementação da LAI no Brasil, como por exemplo a questão da anonimização dos dados, já citada. Essa experiência será valiosa na nossa missão de fazer trabalhos de advocacy para a promoção da integridade e transparência do setor público.

Um desafio do projeto é que ele é realizado por duas instituições diferentes. Foi necessário estabelecer um cronograma de desembolso dos recursos entre as instituições para administrar eficientemente os recursos financeiros.

Outro desafio do projeto deveu-se à variação cambial. Quando o projeto foi planejado, o dólar estava perto de R\$ 4,00. Quando a transferência se deu efetivamente, a taxa de câmbio real foi de R\$ 3,089, mais taxas. Assim, tivemos que reduzir o gasto planejado com o desenvolvimento da plataforma. A solução adotada foi substituir a contratação de empresa única para desenvolver o site por contratos com fornecedores individuais para cada tipo de serviço (arquitetura de informação, desenvolvimento do back-end, front-end, design etc.) e contratar um gerente de projetos para gerenciar os fornecedores. Inicialmente, o orçamento que tivemos de duas empresas foi por volta de R\$ 240.000,00. Com a nova

solução, conseguimos desenvolver o site por aproximadamente R\$ 100.000,00, o que significou uma redução de quase 60%. Já outros custos, como remuneração de pessoal e custos indiretos, continuaram os mesmos, reduzindo a margem de manobra orçamentária do projeto. A lição aprendida é que contratar um gerente de projetos para gerenciar fornecedores individuais é uma forma de reduzir o custo de desenvolvimento da plataforma.

A Abraji, por sua vez, tem aprendido muito sobre o trabalho em rede com outras organizações. Embora informalmente e para eventos pontuais esse tipo de relação já existisse, a criação de um projeto em que as tarefas são estritamente compartilhadas cristaliza a experiência. O ganho principal está na exploração das capacidades específicas de cada ator: no caso do Achados e Pedidos, enquanto a Abraji se dedica à capacitação de repórteres e integrantes de organizações da sociedade civil no uso da Lei de Acesso e empresta sua expertise na construção do banco de dados, a Transparência Brasil faz a aproximação com as divisões responsáveis pela implementação da lei em órgãos governamentais e estabelece os parâmetros objetivos para a criação de uma metodologia de avaliação dos dados reunidos no projeto.

O projeto também possibilitou à Abraji a profissionalização da sua área de TI, ao travar contato com novos atores nesta área, indicados e recrutados para a realização da complexa tarefa de organizar o novo site com seu banco de dados. A tecnologia criada para a ferramenta de busca dos arquivos do Achados e Pedidos seguramente servirá para subsidiar outros projetos com o objetivo de facilitar o acesso a informações específicas dispersas em grande volume de documentos em formatos não padronizados.

Também é importante destacar mudanças políticas que podem influenciar nosso trabalho a partir de agora. Em primeiro lugar, o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a posse do presidente Michel Temer acarretaram mudanças significativas na antiga Controladoria Geral da União. A Transparência Brasil já havia iniciado negociações com a antiga Controladoria Geral e a mudança atrasou o andamento da parceria.

Em segundo lugar, a vitória do prefeito João Dória na cidade de São Paulo fez com que a Controladoria Geral do Município de São Paulo, criada por seu antecessor Fernando Haddad, perdesse o status de Secretaria e, potencialmente, sua autonomia. É possível que a nova gestão esteja menos propensa a colaborar com o projeto e continuar a parceria iniciada na antiga gestão.

B. Objetivos

Explique o que foi alcançado com esta doação em relação aos objetivos que se esperava alcançar.

B.1 Objetivos previstos na proposta	B.2 Objetivos efetivamente alcançados
<p>Desenvolver uma plataforma online com uma ampla base de pedidos e as respectivas informações públicas enviadas como resposta, que possa ser consultada por cidadãos e servir de base para avaliação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos órgãos públicos.</p>	<p>No momento da entrega deste relatório, este objetivo estava praticamente concluído. As atividades realizadas desde o início do projeto estão detalhadas na próxima tabela. A previsão é de que o site seja lançado publicamente em meados de fevereiro.</p>
<p>Monitorar o cumprimento da lei por parte dos órgãos públicos para pressioná-los a cumpri-la.</p>	<p>Como a base de pedidos registrados no site ainda não está em funcionamento, não é possível fazer uma análise a partir das taxas de respostas satisfatórias e principais problemas de atendimento.</p> <p>No entanto, nesta primeira fase a Transparência Brasil enviou pedidos via LAI para 86 órgãos públicos (tribunais de justiça estaduais, governos estaduais, governos municipais das capitais estaduais, câmaras municipais das capitais estaduais, tribunais superiores, Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Legislativas) solicitando que esses órgãos enviassem planilhas contendo os pedidos de informação (com respostas, recursos e anexos) recebidos por eles.</p> <p>A partir disso, a Transparência Brasil pôde observar os comportamentos dos órgãos para os quais pediu as bases de dados e notar alguns fatos que podem ser usados posteriormente na confecção de relatórios: de 86 órgãos contatados, 45 (52%) responderam e 41 (48%) não responderam. Dos órgãos que responderam, 20 (44%) atenderam a solicitação. Das 18 bases enviadas, dados pessoais foram removidos em apenas 5 (27%). Se considerarmos também os anexos, apenas o TCE-RO efetuou a anonimização completa dos dados antes de enviá-los à Transparência Brasil.</p> <p>Ou seja, além de a taxa de resposta</p>

	<p>satisfatória ter sido baixa, a Transparência Brasil recebeu diversos dados pessoais de cidadãos como RG, CPF, nome completo, que segundo a Lei de Acesso são informações pessoais e não devem ser divulgadas.</p>
<p>Empoderar a sociedade civil para que ela saiba como obter informação pública e também como entendê-la e utilizá-la</p>	<p>No planejamento, o trabalho com a sociedade civil está definido como cursos online e presenciais a serem realizados pela Abraji. Durante os primeiros meses do projeto, a Abraji desenvolveu o conteúdo dos cursos on-line e já realizou uma primeira edição, com foco em jornalistas. O treinamento ocorreu entre 17 de outubro e 13 de novembro de 2016 e treinou 78 alunos vindos de 23 estados brasileiros.</p> <p>Outra forma de empoderamento é a própria divulgação do projeto. No site é possível aprender sobre o funcionamento da LAI por meio da seção de dúvidas, que inclui um extenso manual sobre a lei na forma de perguntas e respostas. O manual já foi produzido, mas como o site ainda não foi lançado não é possível afirmar que ele tenha alcançado a sociedade civil. A campanha de divulgação do projeto também incluirá posts no Facebook sobre a Lei de Acesso à Informação.</p>

C. Atividades

C.1 Atividades previstas na proposta	C.2 Atividades realizadas
<p>Criar uma plataforma online e buscável que reúna pedidos de informação, suas respostas, recursos e anexos</p>	<p>Neste início de projeto, os esforços foram concentrados na produção do site, pois é a partir dele que conseguiremos realizar as outras atividades planejadas e alcançar os objetivos propostos.</p> <p>Em julho de 2016 foram iniciadas as negociações com os fornecedores responsáveis por criar o site.</p> <p>Em julho foi definido o escopo do site e começou o trabalho de arquitetura da</p>

	<p>informação.</p> <p>Em agosto iniciaram-se os trabalhos com o layout e desenvolvimento do site.</p> <p>Em setembro a parte de arquitetura da informação foi finalizada.</p> <p>Em outubro o layout foi finalizado e iniciou-se o desenvolvimento do html.</p> <p>Em dezembro foi produzida a primeira versão de testes do site.</p> <p>Em janeiro de 2017 será finalizado o site de administração e iniciaremos a correção de erros averiguados durante a fase de testes. Após a correção, será criada a versão do site em produção (acessível ao público em geral, mas sem divulgação).</p> <p>A campanha de divulgação do projeto e do evento de lançamento já foi planejada e começará no dia 18/01/2017, através de posts no Facebook e no Twitter sobre o projeto e sobre a Lei de Acesso à Informação.</p> <p>O lançamento do site ao público será realizado por volta do início da segunda quinzena de fevereiro de 2017.</p>
<p>A partir dos dados reunidos, pressionar o governo pelo cumprimento da Lei de Acesso à Informação</p>	<p>Como os dados ainda não foram organizados na plataforma, ainda não iniciamos o trabalho de advocacy.</p>
<p>Oferecer treinamento online a aproximadamente 500 jornalistas e ativistas e incentivá-los a utilizar a Lei de Acesso Informação no seu dia-a-dia</p>	<p>Em 2016, a Abraji desenvolveu o novo conteúdo para seu curso sobre a Lei de Acesso a Informações. Na primeira edição, realizada de 17 de outubro a 13 de novembro, a procura superou as expectativas: houve 883 inscritos, dos quais 77 acabaram selecionados para fazer o curso. Desse total, 15 eram estudantes de jornalismo e 62 já atuavam como profissionais. A seleção levou em conta a distribuição geográfica (os alunos vinham de 23 estados brasileiros) e a experiência com o uso da LAI, descrita pelos candidatos no ato da inscrição. Em 2017, serão realizadas de três a quatro edições do curso on-line, a primeira já em março.</p>

<p>Averiguar e divulgar os principais gargalos na aplicação da Lei de Acesso à Informação</p>	<p>Esta atividade está prevista para o momento posterior ao lançamento do site. A partir da base de dados reunida, será possível realizar análises com o objetivo de identificar os principais problemas na aplicação da lei e então começar um trabalho de advocacy para sua resolução.</p>
<p>Solicitar acesso a todos pedidos, respostas, recursos e anexos do sistema de informação ao cidadão do governo federal desde que a LAI entrou em vigor. Posteriormente, solicitar o acesso também nos níveis estadual e municipal.</p>	<p>A Transparência Brasil entrou em contato com a Controladoria Geral da União, apresentou o projeto e coletou a base de dados dos pedidos feitos ao executivo federal nos anos de 2015 e 2016, disponível na internet.</p> <p>Além disso, enviamos pedidos via LAI para 86 órgãos públicos (Tribunais de Justiça estaduais, governos estaduais, Prefeituras Municipais das capitais, Câmaras Municipais das capitais, tribunais superiores, Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Legislativas) solicitando que esses órgãos enviassem planilhas contendo os pedidos de informação (com respostas, recursos e anexos) recebidos por eles desde o início da vigência da Lei de Acesso à Informação (maio de 2012).</p> <p>Dos 86 órgãos contatados, 45 (52%) responderam e 41 (48%) não responderam. Dos órgãos que responderam, 20 (44%) atenderam à solicitação. Das 18 bases enviadas, dados pessoais foram excluídos em apenas 5 (27%). Se considerarmos também os anexos, apenas o TCE-RO efetuou sua a anonimização completa dos dados enviados.</p> <p>Ou seja, a taxa de resposta satisfatória foi baixa e a Transparência Brasil recebeu diversos dados pessoais de cidadãos como RG, CPF, nome completo, etc que, segundo a Lei de Acesso, são informações pessoais e não devem ser divulgadas.</p> <p>Essas bases de dados não anonimizadas não podem ser divulgadas no portal e será necessário encontrar uma maneira automatizada de anonimizar esses dados.</p>
<p>A Transparência Brasil é responsável por</p>	<p>Os relatórios a partir da base de dados</p>

<p>produzir relatórios a partir da base de dados coletada e por realizar parcerias com o governo para que alguns procedimentos sejam alterados de forma a melhorar o funcionamento da LAI.</p>	<p>serão produzidos assim que a base de dados estiver organizada dentro da plataforma, o que ainda não ocorreu.</p>
<p>Oferecer workshops presenciais para cerca de 300 pessoas de 6 cidades diferentes sobre o acesso à informação em nível local.</p>	<p>Uma vez desenvolvido o conteúdo dos cursos on-line, iniciamos as conversas para realizar os treinamentos presenciais em diferentes cidades. A primeira praça a receber aulas será o Rio de Janeiro, por meio de uma parceria com a ESPM.</p>
<p>Firmar parcerias com órgãos públicos e outras instituições não governamentais com o objetivo de obter pedidos já realizados para a base de dados neste momento e a longo prazo, e também apoio na divulgação do projeto e na divulgação e realização de eventos futuros, como o lançamento do site, cursos e oficinas.</p>	<p>A partir de outubro, a Transparência Brasil iniciou conversas com diversos órgãos públicos e organizações não-governamentais para a realização de parcerias. As instituições com as quais firmamos parcerias até o momento deste relatório são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União - Controladoria Geral do Município de São Paulo - Organização não-governamental Instituto Sou da Paz - Organização não-governamental Ação Educativa - Organização não-governamental Artigo 19 - Organização não-governamental Conectas Direitos Humanos - Organização não-governamental E aí, vereador? - Coletivo de jornalismo Livre.jor - Coletivo de jornalismo Fiquem Sabendo - Agência de <i>factchecking</i> Lupa - Agência de <i>factchecking</i> Aos Fatos - Coletivo de jornalismo Ponte <p>Após o lançamento do site, o trabalho de busca de novas parcerias e continuação das parcerias já firmadas continuará a ter importância para a equipe da Transparência Brasil.</p>

D. Indicadores

D.1 Indicadores previstos na proposta	D.2 Metas efetivamente alcançadas
Número de visitas no site	Como o site ainda não foi lançado ao público, este indicador não está disponível.
Número de base de dados inseridas no site	<p>Embora o site ainda não tenha sido lançado, é possível listar as bases de dados que estarão presentes na plataforma em seu lançamento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Pedidos, respostas e recursos recebidos pelo governo federal nos anos de 2015 e 2016- Pedidos, respostas e recursos recebidos pelo governo municipal de São Paulo entre 2012 e 2016- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da agência de <i>factchecking</i> Lupa.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da agência de <i>factchecking</i> Aos Fatos.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações do coletivo de jornalismo Livre.jor.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações do coletivo de jornalismo Ponte.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações do coletivo de jornalismo Fiquem Sabendo.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da organização não governamental Conectas Direitos Humanos.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da organização não governamental Artigo 19.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da organização não governamental Ação Educativa.- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da organização não governamental E aí, vereador?- Pedidos, respostas e recursos referentes a solicitações da organização não governamental Instituto Sou da Paz.
Número de irregularidades no cumprimento da LAI	Como o site ainda não foi lançado ao público, este indicador não está disponível.

reportadas pela população	
Número de declarações oficiais de órgãos públicos explicando a falta de respostas de qualidade a pedidos de informação	Como o site ainda não foi lançado ao público, este indicador não está disponível.
Número de reportagens na mídia sobre os relatórios produzidos ou sobre o projeto em si	<p>Até a produção deste relatório, o projeto foi citado pela Transparência Brasil em três reportagens.</p> <p>- Jornal A Tribuna, 12/05/2016 http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/atualidades/pesquisa-aponta-que-judiciario-e-o-poder-menos-transparente/?cHash=ce5cc123c71d17d3692057cf9854a3b9</p> <p>- Reportagem televisiva na TV Globo “Cidades e Soluções (26/09/2016): O trabalho das organizações civis que ficam de olho nos políticos”: https://www.youtube.com/watch?v=ka0w8aFsEQE&feature=youtu.be</p> <p>- Jornal Calle 2, 13/10/2016 http://calle2.com/portais-da-transparencia-avancam-mas-com-falhas-na-al/</p>
Aumento no número de pedidos respondidos satisfatoriamente e no prazo em relação aos dados coletados no início do período do projeto	Como o site ainda não foi lançado ao público, este indicador não está disponível.
Número de acusações feitas pelo Ministério Público contra instituições que estejam descumprindo a LAI	Como o site ainda não foi lançado ao público, este indicador não está disponível.
Número de jornalistas que começaram a usar a LAI depois de realizar os cursos	Como indicado no planejamento do projeto, os dados para este indicador serão coletados durante o Congresso da Abraji. O primeiro curso, já realizado, ocorreu entre outubro e novembro de 2016, e desde então não houve nenhum Congresso, sendo portanto impossível averiguar aumento do uso da LAI entre os jornalistas que frequentaram o curso.

E. Mudanças na Organização ou no Contexto

Antes do início formal do projeto, a Transparência Brasil já havia realizado contatos com o governo federal na intenção de criar uma parceria. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, no entanto, alterou profundamente o contexto político do país e, mais especificamente, alterou a equipe do governo federal. As conversas de parceria, portanto, foram prejudicadas e houve um atraso para o envio da base de dados.

Além disso, com a mudança na presidência, a antiga Controladoria Geral da União tornou-se o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Isso criou uma incerteza sobre a possibilidade de parcerias com o órgão e necessidade de refazer contatos já iniciados.

Em 2016 também tivemos as eleições municipais, que acarretaram mudanças nos quadros da Prefeitura de São Paulo, com quem já havíamos construído uma parceria. A Controladoria Geral do Município foi um órgão autônomo criado pelo prefeito Fernando Haddad (derrotado nas eleições) e tem uma grande importância para o aumento da transparência na prefeitura, tendo demonstrado grande interesse na implementação de um governo aberto na cidade. O prefeito eleito já anunciou que a Controladoria Geral do Município continuará a existir, porém deixará de ter um status de secretaria, ou seja, poderá perder sua autonomia e poder de intervir em prol de um governo mais transparente.

F. Questões

Nem a Abraji nem a Transparência Brasil sofreram mudanças que pudessem dificultar qualquer atividade relacionada ao projeto. Ao contrário: o fortalecimento da Abraji, com a possibilidade de contratação de dois profissionais, um deles inclusive com a atribuição específica de gerenciar a parte financeira deste e de outros projetos, tornou os processos mais ágeis e fáceis.

Uma questão que se coloca é quanto ao número de pessoas treinadas nas sessões presenciais. Em conversa com os parceiros do Rio de Janeiro, pareceu-nos que faria mais sentido trabalhar com uma turma menor do que as 50 pessoas previstas inicialmente.

G. Diversidade

A Transparência Brasil aumentou a equipe executiva em relação ao início do projeto, preservando a diversidade da equipe. Temos atualmente 5 membros na equipe executiva, 2 homens e 3 mulheres, sendo 2 homens negros.

Desde a implementação do projeto, a Abraji contratou uma assistente administrativa, que colabora com a gestão do projeto, e um desenvolvedor, com a principal responsabilidade de gerir a plataforma do Achados e Pedidos. Até janeiro de 2016, a equipe da Abraji era composta por sete pessoas: três homens e quatro mulheres, uma delas original de Rondônia e outra, negra.

H. Produtos da Doação e *Creative Commons*

O site está em sua fase final de desenvolvimento e utiliza a licença internacional não-exclusiva Creative Commons Attribution 4.0. Foram selecionadas algumas telas da versão de testes para demonstração – ver anexo 2. As fotos contidas na página inicial do site são apenas ilustrativas. Os textos contidos em todas as páginas anexadas também não são os definitivos. O site será lançado em fevereiro, no endereço www.achadosepedidos.org.br.

I. Perspectivas para o futuro

A partir do lançamento oficial do site, a Transparência Brasil e a Abraji poderão se dedicar aos outros objetivos indicados no planejamento.

A Transparência Brasil continuará trabalhando em suas parcerias para obter ainda mais bases de dados e apoio institucional e de divulgação. A partir dos dados coletados, iremos produzir relatórios que identifiquem os principais gargalos da aplicação da lei no país e, então, começar o trabalho de advocacy para procurar solucionar os problemas identificados. Também iniciaremos a moderação do site, depois que ele for lançado a público.

A Abraji já mantém uma central de cursos on-line que oferece grande variedade de treinamentos. Com o apoio da Ford, seguiremos oferecendo sem custo algum os cursos sobre Lei de Acesso – de três a quatro edições ainda em 2017. A próxima turma deverá começar as aulas logo após o Carnaval, e desta vez vamos procurar divulgar o treinamento também entre organizações da sociedade civil. Esta é uma tentativa de fortalecer essas entidades, especialmente as de locais mais distantes dos grandes centros.

Neste ano começam também os treinamentos presenciais. O primeiro curso será agendado para a primeira semana de março, no Rio de Janeiro, e em breve serão definidas as outras cidades aonde a Abraji levará um instrutor e buscará um parceiro para oferecer o treinamento para novas turmas.

Além disso, será necessário resolver o problema da anonimização das bases de dados – o site não irá divulgar informações pessoais, a não ser que tenham sido inseridas pela pessoa à qual elas se referem. Encontrar uma forma de anonimizar as bases de forma automatizada é um desafio que surgiu nesses primeiros meses e que será um tema de trabalho importante a partir de agora.

J. Certificação

Ao apresentar este relatório atestamos que a pessoa que o enviou está autorizada a fazê-lo em nome da organização, e que cumprimos as exigências legais estabelecidas na carta de notificação da doação, e que a verba foi despendida de acordo com as finalidades da doação.

Responsável:  Guilherme Alpendre